



# A POLÍTICA INTERNA DE TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL

---

**José Henrique da Silva Júnior**

---

---

## Resumo

---

*Este trabalho procura refletir sobre a estratégia de desenvolvimento regional adotada pelo governo federal através do Programa de Regionalização do Turismo, um instrumento que, sob o comando do Ministério do Turismo, busca tornar a atividade turística um agente de transformações socioeconômicas nos municípios brasileiros com potencial turístico. Para tal, considera-se como referencial um tipo de organização industrial/regional importante na implementação de políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico e regional: os arranjos produtivos locais – APL.*

**Palavras-chave:** *Desenvolvimento; municipalização; regionalização; turismo.*

## Introdução

Milhares de municípios brasileiros vêm sofrendo uma crise crônica de natureza econômico-financeira, por força das dificuldades políticas e econômicas por que passou o país – inflação e movimentos recessivos. Essa crise tem-se manifestado através da retração do nível de atividade econômica, do enfraquecimento ou desintegração da economia tradicional e de uma decorrente reorganização da estrutura econômica (BORGES; VILLELA, 2000).

Paralelamente, no nível fiscal e tributário, vêm ocorrendo um estrangulamento das contas públicas frente à queda da receita tributária, falta de recursos financeiros e uma forte elevação das despesas de custeio e do serviço da dívida. Como corolário, há uma perda substancial da capacidade dos municípios em financiar investimentos de infra-estrutura e serviços públicos, entre outros (HADDAD, 1999).

Para Serra (1994), esse ciclo desencadeou um processo cujo resultado foi o sacrifício das funções típicas da administração municipal, que, diante da indisponibilidade de recursos financeiros, mantém uma quantitativa e qualitativa oferta declinante de serviços públicos e semipúblicos tradicionais, agravando o nível de desemprego, a distribuição de renda

e a pobreza relativa dos municípios.

Para Dedecca (1999), produzem-se concomitantemente importantes mudanças nas estruturas de ocupação e renda ao longo do período. Essas mudanças dão-se pela estagnação do emprego no setor que liderou o crescimento econômico nos anos 70 – indústria de transformação e construção civil – e pela expansão do trabalho no setor de serviços, incluindo as atividades de lazer e recreação. A reorganização produtiva tem refletido a intensidade e o ritmo da reestruturação organizacional do mercado de trabalho nas últimas décadas. O setor de serviços, por exemplo, aumentou sua participação em termos da população economicamente ativa e no PIB, saltando de pouco mais de 40% em 1970 para algo em torno de 58% em 2000. Esse fato resulta do desenvolvimento urbano industrial do país, tendo afetado sua conformação ocupacional e contribuído, de certa forma, para a reorientação do fluxo migratório interno. Assim, as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho passaram a preocupar muitas administrações municipais, principalmente onde a estagnação das atividades econômicas tradicionais mais se fez sentir, pelo desemprego e pela falta de perspectivas de trabalho local.

Segundo manifestações de prefeitos durante o IX Encontro dos Municípios Brasileiros (2004), reali-

zado em Salvador pela Associação Brasileira dos Municípios, diante da incessante falta de recursos financeiros e do agravamento dos desequilíbrios socioeconômicos, muitos iniciaram a busca de soluções, alternativas e estratégias de desenvolvimento endógenas, auto-sustentáveis, que pudessem garantir recursos financeiros alternativos, independentemente de repasses de recursos estaduais ou federais e que fossem capazes de compor um novo cenário, mais positivo, para o nascimento e consolidação de atividades que poderiam se tornar fontes geradoras de emprego e renda locais. Uma das alternativas tem sido o uso dos recursos naturais, do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e paisagístico dos municípios, através da exploração do turismo.

Para Ruschmann (1997), “o turismo é o setor que apresenta maior expansão no mundo dos negócios, caracterizando potencial de crescimento rápido e massivo”. Para a Organização Mundial do Turismo – OMT:

O turismo tem se revelado um fenômeno extremamente importante para o mundo atual. Constitui uma das mais importantes indústrias da atualidade e continua a expandir-se. Essa indústria gera empregos, aumenta a renda e a entrada de divisas, estimula o investimento de capital e gera oportunidades para a criação de pequenos e grandes negócios,

enfim, é um fator de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Vários municípios, animados com essa perspectiva, entenderam que, do ponto de vista socioeconômico, uma comunidade, município ou região, dispo de recursos turísticos, poderá explorá-los através do turismo, com benefícios substanciais à comunidade e aos residentes locais. Assim, os recursos turísticos municipais vêm sendo explorados, a qualquer tempo, a qualquer custo e a qualquer preço, na esperança de que a realidade local possa ser mudada, substituindo-se a letargia econômica por um dinamismo local intenso. Em muitos casos, porém, desconsideram-se os aspectos da natureza e do padrão específico dos arranjos produtivos locais, também conhecidos como *clusters*, as dificuldades em se conscientizar a comunidade para a importância do turismo como fator de crescimento econômico, bem como a necessidade de dotação de condições técnicas apropriadas para promover o desenvolvimento da atividade turística através, por exemplo, do planejamento.

No início dos anos 90, o turismo passou a chamar a atenção pela sua potencialidade, tornando-se alvo do interesse e de ações governamentais através de intervenções no contexto socioeconômico e político local, com enfoque participativo, como o Programa Nacional de Municipaliza-

zado em Salvador pela Associação Brasileira dos Municípios, diante da incessante falta de recursos financeiros e do agravamento dos desequilíbrios socioeconômicos, muitos iniciaram a busca de soluções, alternativas e estratégias de desenvolvimento endógenas, auto-sustentáveis, que pudessem garantir recursos financeiros alternativos, independentemente de repasses de recursos estaduais ou federais e que fossem capazes de compor um novo cenário, mais positivo, para o nascimento e consolidação de atividades que poderiam se tornar fontes geradoras de emprego e renda locais. Uma das alternativas tem sido o uso dos recursos naturais, do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e paisagístico dos municípios, através da exploração do turismo.

Para Ruschmann (1997), "o turismo é o setor que apresenta maior expansão no mundo dos negócios, caracterizando potencial de crescimento rápido e massivo". Para a Organização Mundial do Turismo – OMT:

O turismo tem se revelado um fenômeno extremamente importante para o mundo atual. Constituiu uma das mais importantes indústrias da atualidade e continua a expandir-se. Essa indústria gera empregos, aumenta a renda e a entrada de divisas, estimula o investimento de capital e gera oportunidades para a criação de pequenos e grandes negócios,

enfim, é um fator de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Vários municípios, animados com essa perspectiva, entenderam que, do ponto de vista socioeconômico, uma comunidade, município ou região, dispendo de recursos turísticos, poderá explorá-los através do turismo, com benefícios substanciais à comunidade e aos residentes locais. Assim, os recursos turísticos municipais vêm sendo explorados, a qualquer tempo, a qualquer custo e a qualquer preço, na esperança de que a realidade local possa ser mudada, substituindo-se a letargia econômica por um dinamismo local intenso. Em muitos casos, porém, desconsideram-se os aspectos da natureza e do padrão específico dos arranjos produtivos locais, também conhecidos como *clusters*, as dificuldades em se conscientizar a comunidade para a importância do turismo como fator de crescimento econômico, bem como a necessidade de dotação de condições técnicas apropriadas para promover o desenvolvimento da atividade turística através, por exemplo, do planejamento.

No início dos anos 90, o turismo passou a chamar a atenção pela sua potencialidade, tornando-se alvo do interesse e de ações governamentais através de intervenções no contexto socioeconômico e político local, com enfoque participativo, como o Programa Nacional de Municipaliza-

ção do Turismo – PNMT (Embratur, 1998) e o atual Programa de Regionalização do Turismo, a fim de estimular o turismo nos municípios com potencial para isso.

Esses programas pretendem desenvolver o turismo criando condições para uma melhor distribuição do poder sobre decisões e instrumentos de políticas públicas entre a área central da máquina político-administrativa e os grupos periféricos, aumentando o grau de participação das comunidades, dos vários grupos não governamentais, dos diferentes níveis de governo, a fim de que possa haver maior mobilização de recursos para as soluções alternativas, em geral mais bem conhecidas pela comunidade.

Essa política busca incentivar a atividade turística, mas apresenta-se como panacéia para equacionar problemas sociais, em meio à falta de uma eficaz política de emprego, de uma organização industrial e financeira oligopolizada, de uma estrutura fundiária imprópria à expansão acelerada do produto agrícola, entre outros problemas.

---

## O Programa de Regionalização do Turismo

---

Em janeiro de 2003, o governo federal, através do Ministério do Turismo, lançou o Programa de Re-

gionalização do Turismo (BRASIL, 2003), que visa a apoiar o turismo no país. O Ministério entende o programa “como uma ampliação das ações do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, atendendo a uma das orientações da Organização Mundial de Turismo – OMT no que se refere ao planejamento estratégico regional”.

O programa é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões (...). Trabalhando-se de forma regionalizada, é possível que municípios localizados em torno de locais turísticos também desfrutem dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento da atividade turística. (BRASIL, 2003)

Seus objetivos são:

Dar qualidade ao produto turístico brasileiro; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional e aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

O programa está estruturado em três linhas estratégicas:

1ª) a gestão coordenada, que prevê a formação de parcerias com vistas ao compartilhamento de propostas, responsabilidades e ações que envolvam os governos federal, estaduais, municipais, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, além da criação de instâncias que promovam a integração dos governos à comunidade, nas etapas de planejamento, implementação e avaliação do programa;

2ª) o planejamento integrado e participativo, responsável por viabilizar a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento nas regiões turísticas, de maneira participativa, permitindo as mudanças estruturais almeçadas;

3ª) a promoção e apoio à comercialização que objetiva buscar mudanças capazes de alterar as relações de mercado e alcançar resultados, por meio da formação de redes, educação para o mercado, formação de roteiros e estratégias de promoção e apoio à comercialização. O resultado a que se quer chegar é proporcionar meios de se aumentar os fluxos doméstico e internacional de turistas e de melhorar as condições socioeconômicas dos municípios e regiões, por meio da geração de renda e postos de trabalho.

Para o Ministério do Turismo, dotar o modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das po-

líticas públicas; exige mudança de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social. Exige compreender o programa à luz da noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que se dispõe. Também a incorporação, o ordenamento estratégico dos arranjos produtivos locais e regionais, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, refletem-se no bem-estar das populações.

---

## Os arranjos produtivos locais

---

A discussão sobre arranjos produtivos locais surge nos anos 80, embora possa ser encontrada em períodos anteriores com outros nomes. Experiências bem-sucedidas ocorreram em países como a Itália e a Alemanha. Entretanto, segundo Santos (2002), apesar de esse tema ser hoje um dos preferidos da academia, predominam os estudos *ex-post* na perspectiva do desenvolvimento regional,

havendo escassez de estudos sobre as condições que dão origem a esses arranjos e sobre sua formação. Isso gera dificuldades para se entender a natureza e o padrão do desenvolvimento dos arranjos. No nível das políticas públicas, privilegiam-se os arranjos já existentes, em detrimento daqueles em formação. Contudo, os arranjos produtivos locais são fundamentais para o desenvolvimento local e regional, pois geram emprego, aumento da renda da população e, por conseguinte, do consumo, levando ao crescimento do número e da produtividade de firmas.

Os arranjos produtivos locais são definidos como uma concentração setorial e espacial de firmas. Entre suas principais características destacam-se: internalidades pecuniárias e tecnológicas; mercado de trabalho especializado; ligações entre produtos, fornecedores e usuários; interação cooperativa; economia de escala acima da capacidade individual de cada empresa; compras conjuntas de insumos; otimização de uso do maquinário; marketing conjunto; combinação de produção para atender a pedidos grandes; redução de preços; introdução de novos produtos na transição das inovações entre o projeto e o mercado; cooperação; compartilhamento do conhecimento; ocupação de segmentos do mercado lucrativo; resolução conjunta de problemas; proximidade geográfica; es-

pecialização setorial; predominância de pequenas e médias empresas; cooperação e competição inter-firmas pela inovação; troca de informações baseada na confiança socialmente construída; apoio e parceria com o setor público.

---

### **Um caso real: o município de Diamantina**

---

Foi realizado um estudo de caso na cidade de Diamantina – MG, com o objetivo de identificar os fatores que têm influenciado o desenvolvimento do turismo, suas tendências e perspectivas, seus acertos e erros nos caminhos escolhidos, os principais obstáculos ao seu crescimento, impactos mais relevantes nas áreas social, econômica e de infra-estrutura, áreas e setores com maior potencial de desenvolvimento, tendo em vista a atuação do PNMT na cidade, escolhida também por abrigar um maior número de ações do Estado na área do turismo.

Dentre os resultados do estudo de caso, observou-se que Diamantina, apesar de todo o seu potencial turístico, suas belezas naturais, paisagísticas e patrimônio cultural, ainda não conseguiu transformar o turismo em motor da atividade econômica, em fator de dinamismo. Influenciada por variáveis exógenas, autônomas, que agem independente-

mente da vontade e do controle dos gestores públicos municipais, limitando sobremaneira a política pública local, Diamantina, apesar de todo o esforço da prefeitura, dos empresários e da própria comunidade, não tem no turismo uma alternativa econômica viável. Isso se explica por achar-se o município inserido num arranjo produtivo local que encerra diferentes interesses. Ali há uma concentração horizontal, vertical e mista de empresas, de qualquer porte, com graus diferenciados de coesão e características comuns, nos mesmos setores ou setores conexos.

Segundo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, 2003), na região norte do Estado de Minas Gerais, onde se localiza o município de Diamantina, há uma concentração horizontal nos setores de couros, madeira, calçados, móveis, e uma concentração horizontal nos setores de papel, química e têxtil, ambas polarizadas pela capital, Belo Horizonte. Ali se destacam ainda pequenas atividades artesanais ligadas à sobrevivência. Ainda segundo o estudo do BDMG, as atividades econômicas da maioria dos agrupamentos de micro e pequenas empresas na região constituem um arranjo produtivo local não avançado ou não sistematizado, com características de concentração geográfica, especialização setorial, grupos de micro e pequenas empresas sem nucleação por

grandes empresas ou empresa-âncora, baixo nível de eficiência coletiva baseada em economias externas e em ação conjunta, coesão e intensidade na divisão de trabalho entre firmas relativamente limitadas.

Antes de optar pela retomada do crescimento econômico a partir de uma nova atividade, como o turismo, qualquer iniciativa ou programa deveria visar à promoção e ao desenvolvimento de arranjos e sistemas produtivos locais, estimulados por um planejamento estratégico e pela concentração de esforços. Arranjos formados por um conjunto de micro e pequenas empresas formais e informais isoladas, dispersas em municípios ou microrregiões, contemplando aspectos mercadológicos, tecnológicos, de gestão, de treinamento e qualificação da mão-de-obra e de cooperação e interação entre empresas. Esse não foi o caso do PNMT, cuja concepção, estratégia e ação mais parecem uma receita de bolo para aplicação indiscriminada.

Hoje, mais do que nunca, segundo Santos (2002), o desenvolvimento local e regional tem sido entendido não como decorrência da adoção de uma única política nacional aplicável a todas as aglomerações indiscriminadamente, mas a partir da adoção de uma política que considere caso a caso, respeite as peculiaridades de cada aglomeração e principalmente a sua trajetória. Em Diaman-



tina não se verificaram ações que considerassem o conjunto das características locais e, sobretudo, do entorno regional. Pela atividade ali predominante, constata-se uma concentração do ponto de vista geográfico, com atividades quase nunca voltadas para o mesmo mercado final. Não se compartilham valores e conhecimentos, num *míx* de competição e cooperação. Não se estabeleceu a necessidade de estimular atividades articuladas, que resultem no desenvolvimento de arranjos e sistemas produtivos locais em consonância com os objetivos primordiais dos governos estadual e federal.

Ali, o PNMT, ao partir do pressuposto de que ações isoladas de sensibilização e conscientização poderiam criar condições para que se alavancasse a atividade turística, tornando-a responsável pelo aumento do emprego, renda e bem-estar da população local, desconsiderou as interações do município com um ambiente globalizado, o que de certa forma contribui para sua ineficiência. Muitos impactos positivos foram sentidos como geradores de emprego, renda e oportunidades de criação de novos negócios pelos micro e pequenos empresários locais. Por outro lado, verificaram-se degradação ambiental, poluição sonora, visual, do ar, descaracterização cultural e aumento da marginalidade.

Outro aspecto relevante diz

respeito à participação da comunidade nos seus destinos e nos destinos do turismo local. Observou-se certo anacronismo. As diversas ações e intervenções efetuadas para a implantação do PNMT em Diamantina careceram de uma participação efetiva dos atores principais, isto é, dos habitantes do município, que, de modo geral, sequer têm como exercer seus direitos de cidadãos. Nem sabem bem o que significa cidadania, já que, em seu cotidiano, esses princípios sofrem inúmeras violações.

De acordo com estudo da Fundação João Pinheiro (1980), quanto mais o processo de planejamento facilitar a participação dos cidadãos, mais a comunidade considerará a função de planejamento como democrática. Não se pode assumir, contudo, uma atitude ingênua em face do planejamento com participação comunitária. Diamantina encontra inúmeras dificuldades para estabelecer esse tipo de participação da comunidade, com a definição do conceito a ser aplicado, os recursos necessários, a legitimidade das representações, seu nível de responsabilidade, etc. Tudo isso sem falar nas diferenças de poder, fato que envolve delicadas questões no bojo do sistema político.

Apresentado como panacéia para equacionar problemas sociais, o programa não considerou as condições para melhor distribuição do poder sobre decisões e instrumentos de

políticas públicas entre a área central da máquina político-administrativa e os grupos periféricos para a captação de recursos. Em Diamantina, o Estado não logrou estimular novos arranjos organizacionais e gerar incentivos econômicos e políticos, a fim de dar à iniciativa privada e às comunidades condições para que desenvolvam, ao máximo, sua criatividade e capacidade gerencial para mobilizar os seus próprios recursos humanos e materiais na solução de seus problemas. Isso contribuiria para tornar o Estado mais aberto e sensível às aspirações e demandas da sociedade, bem como para o fortalecimento do poder político subnacional e a realização de uma reforma institucional que reconstrua a autonomia de decisão dos Estados e municípios.

Certas instâncias locais não se beneficiaram diretamente da atividade turística. Produtores rurais de base familiar, pequenos artesãos, pequenos empresários prestadores de serviços, entre outros, encontram sérias restrições para colocar seus produtos no mercado, uma vez que não estão devidamente capacitados para enfrentar a competitividade ou as organizações que se constituem apenas para receberem “benefícios” governamentais.

Do ponto de vista empresarial, foram observados uma capacidade inovativa do setor turístico bastante inferior à de agentes de outros

setores econômicos na região; um ambiente organizacional bastante aberto e passivo; ações e funções estratégicas realizadas principalmente fora do seu ambiente; predominância de mentalidade produtiva; ambiente institucional e macro volátil; ambiente externo basicamente de subsistência; densidade urbana limitada; baixo nível de renda *per capita* da população; nível educacional também baixo; limitada complementaridade produtiva e de serviços com o pólo urbano; imersão social frágil; nível tecnológico baixo de pequenas e médias empresas em relação à fronteira da indústria; capacidade gerencial precária; força de trabalho pouco qualificada. Foram ainda identificados arranjos produtivos com baixas barreiras, que resultam no grande número de firmas; baixos investimentos em novas tecnologias; insignificante melhoramento da qualidade dos produtos e pouca diversificação de produto; predomínio do predatório na competição; baixo nível de confiança entre agentes; informações pouco compartilhadas e uma infraestrutura precária e com relativa ausência de serviços básicos.

Pequenos negócios ligados ao turismo surgem pela ação do governo local; a infra-estrutura turística, embora ainda muito precária, atende até certo ponto à demanda; vários serviços, mesmo inadequados, são consumidos pelos turistas; a comu-

nidade, apesar de não totalmente sensível, engajada e confiante na “novidade” do turismo, tem alguns membros empolgados.

---

## Riscos do Programa de Regionalização

---

Em Diamantina, patrimônio mundial da humanidade com forte vocação artística e cultural e um patrimônio arquitetônico semelhante ao de diversos municípios brasileiros com potencial turístico, o Programa de Regionalização corre os seguintes riscos:

1. Encontrar uma realidade política, econômica e institucional em mutação, onde o planejamento, pelo setor público, convive com o ceticismo em relação à eficácia do instrumento e onde há dificuldade em estabelecer políticas desenvolvimentistas de longo e médio prazos e cresce o poder das grandes empresas no mercado;
2. Ser encarado como panacéia para equacionar problemas sociais e econômicos em cujas raízes residem a ausência de uma adequada política de emprego, uma organização industrial e financeira oligopolizada e uma estrutura fundiária imprópria à expansão acelerada do produto agrícola;
3. Desconsiderar a natureza dos arranjos produtivos locais nos seus aspectos mercadológicos, tecnológicos,

de gestão empresarial, de treinamento, de cooperação e interação de empresas;

4. Desconsiderar a existência de arranjos de sobrevivência ou de pequenas atividades ligadas à sobrevivência;
5. Desconsiderar que o arranjo produtivo local pode não ter especialização setorial, conter grupos de micro e pequenas empresas sem nucleação, ter baixo nível de eficiência coletiva baseada em economias externas e em ação conjunta e não ter coesão e intensidade na divisão de trabalho entre firmas relativamente limitadas.

---

## Conclusão

---

O governo brasileiro tem apostado no turismo como mais um fator de geração de emprego, renda e bem-estar social, através do seu Plano Nacional do Turismo para 2003-2007. Nesse plano quinquenal uma das preciosidades é o Programa de Regionalização do Turismo. Entretanto, deve-se considerar que o programa vem se desenrolando numa nova realidade política, econômica e institucional. Uma realidade em mutação, em que o planejamento, pelo setor público, convive com o ceticismo em relação à eficácia do instrumento. Situação que se agrava à medida que o Estado se afasta de atividades produtivas através das priva-

tizações e pela dificuldade do governo federal em estabelecer políticas desenvolvimentistas de longo e médio prazos, além do maior poder que as grandes empresas vêm obtendo no mercado. Essa ação resulta de uma nova composição de forças provocada pela expansão recente do capitalismo, da qual o Estado, em estágio de transição, procura ausentar-se cada vez mais, preocupando-se mais em garantir o funcionamento harmônico do mecanismo clássico de mercado, de atuação livre, em que se obtenham um ajuste e um equilíbrio maior e mais eficiente.

## Referências

- BACALL, Sarah Strachmann. *Impactos do turismo nos núcleos receptores em desenvolvimento: efeitos socio-culturais*. s/ed.
- BACALL, Sarah Strachmann. Impactos do turismo nos núcleos receptores: necessidades de normatização. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Minas Gerais do século XX*. Diagnóstico da Economia Mineira, Belo Horizonte, 2003.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENNI, Mário C. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BORGES, Alberto; VILLELA, Tânia (Org.). *Finanças dos municípios mineiros*. Vitória, ES: Aeguns Consultoria, 2000.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007*. 2. ed. Brasília, 2003.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno produtor. In: OLIVEIRA, Cássio Garkalus de Souza (Ed.). *Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba: Fealq, 1999.
- CRUZ, José L.V. Trabalho, renda e desenvolvimento local: algumas questões. *Boletim Técnico Senac*, v. 27, n.1, jan/abr 2001.
- EMBRATUR. *Política Nacional de Turismo*, diretrizes e programas – 1996-1999. Brasília, 1996.
- EMBRATUR. *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília: 1998.
- EMBRATUR. *Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos*. Brasília: 2002.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Agricultura de baixa renda. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, v.10, n. 2, fev. 1980.

HADDAD, Paulo Roberto. O que fazer com o planejamento regional no Brasil da próxima década. *Planejamento e Política Pública*, v.1, n.1, ago/1989 – Brasília: Ipea, 1999.

JENKINS, C.L. Tourism policies in developing countries. In: MEDLIK, S. (Org.). *Managing Tourism*. Oxford: Lickorish, 1989.

JENKINS, C.L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARINO NETO, J. E. Tendências dos pólos turísticos e mercados de *resorts*. In: LAGE, B. H.G.; MILONE, P. C. (Org.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1999.

PALENZUELA, José Maria R. *Programar, implementar proyectos, evaluar: instrumentos para la acción*. Colección Intress, n. 5, Librería Certeza-Zaragoza, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, F. *et al.* Arranjos e sistemas produtivos locais em espaços industriais periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 147-180, jul./dez. 2002.

SERRA, José. *Orçamento no Brasil: as raízes da crise*. São Paulo: Atual, 1994.

SILVA JÚNIOR, José H. *A política interna de turismo no Brasil 1992-2002*. 1. ed., Belo Horizonte: C/Arte, 2004, v. 1., 124 p.

SILVA JÚNIOR, José H. *A política interna de turismo no Brasil*. *Ciência e Conhecimento*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 128-144, 2004.

SILVA JÚNIOR, José H. *A experiência do Programa Nacional de Municipalização do Turismo em Minas Gerais: evolução, realidade, riscos e dificuldades*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universitat de les Illes Balears (UIB). Belo Horizonte, 2003.

SILVA JÚNIOR, José H. O século XXI e o turismo. *Pretexto*. Belo Horizonte, v. III, n. 2, p. 77-82, 2002.

SILVEIRA, M.A.T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.

---

Doutorando em Análise e Organização do Espaço – IGC/UFMG, coordenador do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão – Cepeturh, Universidade Fumec.  
jhsj@fumec.com.br

---